



PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL



PREFEITURA DE
CACHOEIRO

Cachoeiro de Itapemirim-ES

2020

REALIZAÇÃO



PREFEITURA DE
CACHOEIRO

EXECUÇÃO



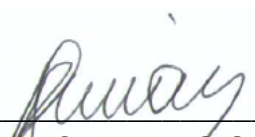
LAGESA



Fundação Espíto-santense de Tecnologia
Fundação de apoio à Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

APRESENTAÇÃO

O presente documento é parte constitutiva das etapas para revisão do Plano Municipal de Água e Esgoto e elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Cachoeiro de Itapemirim (PMAE/PMGIRS), e refere-se à definição teórico-metodológica e às estratégias previstas de Mobilização Social para a elaboração do referido plano para o município de Cachoeiro de Itapemirim, no estado do Espírito Santo.



RENATO RIBEIRO SIMAN
COORDENADOR DO PROJETO

Versão	Entrega
02	19/02/2020

EQUIPE TÉCNICA

Coordenador Geral

Renato Ribeiro Siman - Engenheiro Químico - DSc. Hidráulica e Saneamento Básico

Gerenciamento do Projeto

Renato Meira de Sousa Dutra - Engenheiro Ambiental - MSc. Engenharia e Desenvolvimento Sustentável

Especialistas

Alonso De Carli Moro - Administrador

Diogo Costa Buarque - Engenheiro Civil - DSc. Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental

Ednilson Silva Felipe - Economista - DSc. Economia da Indústria e da Tecnologia

Jorge Luiz dos Santos Junior - Economista - DSc. Ciências Sociais

Larissa Gomes Sena - Engenheira de Produção

Larisse Suzy Silva de Oliveira - Engenharia Sanitarista e Ambiental - MSc. Engenharia e Desenvolvimento Sustentável

Layara Moreira Calixto - Engenheira Ambiental

Lorena Gregório Puppim - Oceanógrafa - MSc. Engenharia Ambiental

Orlindo Francisco Borges - Advogado - MSc. Ciências Jurídico-Ambientais

LISTA DE FIGURAS

Figura 6-1 - Homepage da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim. .	27
Figura 6-2 – Homepage do site do PMAE/PMGIRS.....	28
Figura 6-3 - Sequência cronológica das etapas de elaboração dos PMAE/PMGIRS com destaque para os momentos de participação presencial (em laranja).	31
Figura 6-4 - Fluxograma de reuniões para confecção do PMGIRS/PMAE de Cachoeiro de Itapemirim	33
Figura 6-5 - Exemplo de Biomapa construído durante reunião de mobilização no município de Colatina/ES.	38
Figura 6-6 – Modelo de Formulário de Contribuições para a Audiência.....	44
Figura 7-1 - Modelo de banner (0,90 x 1,20m)	47
Figura 7-2 - Modelo de faixa (2,00x0,70cm) para divulgação das reuniões de mobilização social	47
Figura 7-3 – Modelo de convite eletrônico	48
Figura 7-4 – Modelo proposto para lista de presença	49
Figura 7-5 – Modelo de Ficha de Avaliação das reuniões de mobilização social e audiências públicas.	51
Figura 7-6 - Página principal do site do PMAE/PMGIRS disponibilizado na homepage do Lagesa.....	52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-1 - Informações sobre população e área de Cachoeiro de Itapemirim.	11
Quadro 8-1 – Principais setores e instituições envolvidos na construção do PMAE/PMGIRS.....	53
Quadro 9-1– Cronograma das atividades de mobilização.....	56

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A DEMOCRATIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: BUSCA E AFIRMAÇÃO DO DIREITO À CIDADE	15
3	ESTATUTO DAS CIDADES E O PLANO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS: DEMOCRATIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	20
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
5	ACOMPANHAMENTO.....	25
6	ESTRATÉGIAS E AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO.....	26
6.1	PARTICIPAÇÃO DIGITAL	26
6.2	CONSULTA PÚBLICA	29
6.3	PARTICIPAÇÃO PRESENCIAL.....	29
7	INSTRUMENTOS DE MOBILIZAÇÃO.....	46
7.1	MEIOS DE VERIFICAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS E REUNIÕES	48
7.2	RECURSOS A SEREM DISPONIBILIZADOS PARA A REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS.....	48
7.3	FORMAS DE DISPONIBILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES E CANAIS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	50
8	FASES DO PLANO DE MOBILIZAÇÃO	53
8.1	FASE 1 - ESTIMULAR OS SETORES SOCIAIS A PARTICIPAREM DO PROCESSO.....	53
8.2	FASE 2 - DIVULGAR AMPLAMENTE O PROCESSO, AS FORMAS E CANAIS DE PARTICIPAÇÃO.	54
8.3	FASE 3 - PROMOVER A DISCUSSÃO E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA FORMULAÇÃO, DISCUSSÃO DE PROPOSTAS E INSTRUMENTOS DO PLANO	55
8.4	FASE 4 - GARANTIR A AVALIAÇÃO E RESPOSTAS A TODAS AS EMENDAS APRESENTADAS AO PLANO.	55
9	CRONOGRAMA DAS MOBILIZAÇÕES	56

10	RESULTADOS ESPERADOS	57
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58
	ANEXO A – MAPA DAS UTAPS DEFINIDAS PARA CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM.	59

1 1 INTRODUÇÃO

2 As Políticas Públicas que preveem a necessidade de elaboração do Plano Municipal
 3 de Água e Esgoto e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMAE/PMGIRS) foram
 4 instituídas pelas Leis nº 11.445/2007 e Lei nº 12.305/2010, respectivamente, que são
 5 os instrumentos centrais da gestão dos serviços. Conforme esses dispositivos, o
 6 Plano Municipal de Saneamento Básico estabelece as condições para a prestação
 7 dos serviços de saneamento básico, definindo objetivos e metas para a
 8 universalização e programas, projetos e ações necessários para alcançá-la. E o Plano
 9 Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos vem a complementar as
 10 ações do saneamento no âmbito da política pública municipal.

11 Com a intenção de potencializar a resolução de problemas comuns, qualificar os
 12 resultados e otimizar a aplicação de recursos, a Prefeitura Municipal de Cachoeiro de
 13 Itapemirim (PMCI), optou pela contratação da Universidade Federal do Espírito Santo
 14 (UFES), com interveniência do Fundação Espírito Santense de Tecnologia (FEST),
 15 para a revisão do Plano Municipal de Água e Esgoto e elaboração do Plano Municipal
 16 de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMAE/PMGIRS) para seu município. O
 17 Quadro 1-1 apresenta a população do município e sua área.

18 Quadro 1-1 - Informações sobre população e área de Cachoeiro de Itapemirim.

Município	População (2010)	População urbana (%)	Área (km ²)
Cachoeiro de Itapemirim	189.889	91,42	878,179

19 Fonte: IBGE (2010).

20 Como atribuições indelegáveis do titular dos serviços, o PMAE/MPGIRS deve ser
 21 elaborado com participação social, por meio de mecanismos e procedimentos que
 22 garantam à sociedade informações, representações técnicas e participações nos
 23 processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados
 24 aos serviços públicos de saneamento básico.

25 Desse modo, o presente documento apresenta a proposta de Mobilização Social para
 26 a efetividade da participação social na elaboração destas importantes políticas
 27 públicas, desencadeada pela iniciativa da Prefeitura municipal de Cachoeiro de

1 Itapemirim, sendo está, fundamental à garantia de direitos e condições de vida das
2 populações dos municípios do Estado do Espírito Santo.

3 A Lei nº 11.445/2007, que define as diretrizes nacionais para o saneamento básico,
4 estabelece o controle social como um de seus princípios fundamentais e o define
5 como o “conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade
6 informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação
7 de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de
8 saneamento”.

9 Assim, o objetivo deste plano é mobilizar a sociedade cachoeirense para
10 sensibilização e participação no PMAE/PMGIRS, devido à importância do
11 envolvimento da sociedade nas discussões acerca dos planos, propiciando a
12 oportunidade de conhecerem e entenderem a área de saneamento de seu município,
13 participarem na discussão das causas dos problemas e da busca de soluções
14 coerentes.

15 A execução do Plano de Mobilização Social contemplará prioritariamente as
16 seguintes diretrizes:

- 17 a) Possuir caráter democrático e participativo;
- 18 b) Envolver a população na discussão das potencialidades e dos problemas de
19 salubridade ambiental e saneamento básico;
- 20 c) Sensibilizar a sociedade para a importância dos investimentos em saneamento e
21 suas vantagens;
- 22 d) Conscientizar a sociedade para a responsabilidade coletiva;
- 23 e) Estimular os segmentos sociais a participarem do processo de gestão ambiental;
- 24 f) Sensibilizar os gestores municipais para o fomento das ações de educação
25 ambiental e mobilização social de forma permanente;
- 26 g) Incluir como tema a educação ambiental.

27 Sendo assim, percebe-se a importância dada ao estímulo à participação da
28 sociedade, processo que permitirá elaborar um plano coerente e adequado com a
29 realidade local e capaz de promover a melhoria da qualidade de vida da população

1 local, propiciados por uma melhor prestação dos serviços públicos de saneamento
2 básico.

3 Dessa maneira, o PMAE/PMGIRS, no que concerne à mobilização social, abará
4 atividades para a mobilização social, tais como:

- 5 a) Identificação de atores sociais envolvidos no processo de elaboração do
6 PMAE/PMGIRS no município;
- 7 b) Identificação e discussão preliminar da realidade atual dos municípios, no âmbito
8 do saneamento básico;
- 9 c) Capacitação, audiências, encontros técnicos participativos; e
- 10 d) Divulgação da elaboração do PMAE/PMGIRS a todas as comunidades (rural e
11 urbana), bem como a maneira que será realizada tal divulgação.

12 Com a finalidade explicitada, este documento está organizado em três momentos. O
13 primeiro apresenta a relevância da participação social na democratização das políticas
14 públicas no Brasil, com destaque para a compreensão deste processo na conquista e
15 afirmação do Direito à Cidade, em seus aspectos teóricos e políticos. A segunda traz
16 em linhas gerais, as diretrizes preconizadas no Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001)
17 no que diz respeito aos processos democráticos para a efetivação das políticas
18 urbanas, destacando-se dentre estas, o Saneamento Ambiental. Finalizando,
19 trataremos dos procedimentos metodológicos de execução do Plano de Mobilização
20 Social (PMAE/PMGIRS) nos municípios, considerando as orientações normativas e
21 pedagógicas do trabalho técnico social adotado a ser desenvolvido nos municípios
22 relacionados.

23 Vale destacar que as orientações normativas e pedagógicas estão pautadas nos
24 princípios democráticos e de educação popular, sendo assim, buscar-se-á atender às
25 demandas legais de controle social prevista em Constituição vigente, Estatuto das
26 Cidades, e, Lei 11.445/2007, através da adoção de procedimentos que garantam a
27 participação social efetiva.

28 Nesse sentido, o trabalho técnico social executado nos municípios através das
29 Reuniões de Mobilização Social descritas no capítulo cinco deste documento por
30 profissionais da área social (como cientistas sociais e assistentes sociais) e da área

1 técnica (representada por profissionais da área de engenharia) será orientado por um
2 posicionamento democrático e comprometido com a população atendida.

3 Essas orientações normativas e pedagógicas podem ser materializadas pelos
4 procedimentos descritos neste documento, como a adoção de metodologias de
5 divulgação eficientes das reuniões, adoção de uma linguagem acessível em reunião
6 que propicie a desinibição dos presentes, bem como a capacitação dos participantes,
7 a fim de instrumentaliza-los para o controle social efetivo durante as etapas de
8 elaboração e execução do plano, e, priorização de instrumentos que possibilitem a
9 manifestação, inclusive anônima, dos presentes como a distribuição de fichas de
10 avaliação da reunião, caderno de perguntas em etapa de diagnóstico, e, ficha de
11 contribuições em etapas de discussão dos PPAs e Audiências Públicas Finais. Essas
12 orientações serão descritas nos tópicos que seguem.

1 2 A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A DEMOCRATIZAÇÃO DAS POLÍTICAS 2 PÚBLICAS NO BRASIL: BUSCA E AFIRMAÇÃO DO DIREITO À CIDADE

3 O ponto de partida para justificar a relevância da participação social na elaboração,
4 implementação, avaliação e controle social das políticas públicas está relacionado à
5 relevância do fortalecimento desses espaços para defesa do *Direito à Cidade*, tendo
6 em vista o seu caráter público e fundamental para a sobrevivência e sociabilidade
7 humana contrária à barbárie, hoje instituída no cenário urbano mundial e regional.

8 O caminho teórico de Henri Lefebvre e outros da matriz crítico-dialética, indica que as
9 cidades refletem o modelo de produção e de reprodução da sociedade, por isso não
10 guardam somente as propriedades essenciais do capital, mas as amplia de forma
11 mágica.

12 Portanto, o desenho da cidade acompanha a divisão sócio/técnica do trabalho, que se
13 manifesta de forma evidente na posse da terra e seu uso, na segregação entre os
14 bairros e distritos, nas construções, nos serviços, enfim, no *modus vivendi* do lugar.
15 Este modelo da cidade capitalista e privada, moldam a racionalidade e a organização
16 espacial, que é permeada pela formação econômica e política das Cidades e se
17 apresenta nas diferenças e desigualdades, no acesso aos recursos naturais, aos bens
18 e serviços, nas formas e manifestações das identidades culturais, na hierarquia dos
19 locais e grupos, nas formas de consumo e na atuação e influência dos grupos sociais,
20 etc. (LEFEBVRE, 1999).

21 Com este pressuposto, é possível compreender o ciclo de exclusão e segregação do
22 espaço e as condições desiguais do acesso aos bens e serviços no território, por sua
23 vez, geram novos processos de expropriação e marginalização de segmentos
24 populares ao *Direito à Cidade* (LEFEBVRE 2009). Várias situações do cotidiano
25 ilustram este dado do real, tais como: a cisão entre o rural e o urbano, a falta de
26 recursos financeiros e acesso ao transporte coletivo para os que moram mais longe;
27 o tempo de deslocamento das periferias para o centro; a ausência de escolas para o
28 público com menor escolaridade e maior necessidade de elevação do grau de
29 instrução para obter oportunidades de trabalho; a falta de infraestrutura em locais
30 onde as moradias são precárias e mais vulneráveis às intempéries ambientais, etc.
31 Estes dados de realidade nos servem como confirmação das contradições existentes

1 na cidade capitalista industrial, que se baseiam e se estruturam a partir das relações
2 econômicas.

3 Cabe destacar, que essa dinâmica ocorre da escala do global para o local e as
4 determinações econômicas internacionais vêm crescentemente influenciando na
5 produção dos territórios.

6 Tomando por base as formas de regulação do Estado moderno em relação às
7 demandas sociais, datada do século XIX, temos hoje um modelo decorrente das
8 tensões que marcaram os interesses antagônicos das classes sociais, que resultaram
9 em avanços jurídicos. Portanto, a atual democracia pode ser vista como fruto da
10 correlação de forças na direção e organização da relação entre Estado e Sociedade.

11 Uma das práticas mais importantes da política democrática consiste justamente
12 em propiciar ações capazes de unificar a dispersão e a particularidade das
13 carências em interesses comuns, e, graças a essa generalidade, fazê-las
14 alcançar a esfera universal dos direitos. Em outras palavras, privilégios e
15 carências determinam a desigualdade econômica, social e política,
16 contrariando o princípio democrático da igualdade, de sorte que a passagem
17 das carências dispersas em interesses comuns, e destes aos direitos é a luta
18 pela igualdade. Avaliamos o alcance da cidadania popular quando tem força
19 para desfazer privilégios, seja porque os faz perder a legitimidade diante dos
20 direitos e também quando tem força para fazer carências passarem à condição
21 de interesses comuns e, destes, a direitos universais. (CHAUÍ, 2005, p.26)

22 Para efeitos da discussão em tela, consideramos como principal referência às
23 transformações ocasionadas com advento da Constituição Federal de 1988 em diante,
24 esta que demarca a descentralização político-administrativa do Estado brasileiro como
25 diretriz jurídica das práticas da gestão participativa e democrática. Tal processo
26 emerge num contexto em que o debate sobre a opção do Estado ganha a cena pública
27 diante dos “abismos” gerados pela hegemonia da dimensão econômica e
28 desenvolvimentista em detrimento da dimensão humana e social.

29 Numa concepção gramsciana, “a construção hegemônica do grupo dominante não se
30 restringe às relações de dominação e exploração no terreno da economia, mas remete
31 à formação de uma cultura que torna hegemônica e universal a visão de mundo de
32 uma classe” (MOTA, 2005, p. 32). Disso procede a formação de consensos, que, por
33 um lado, garantem a governabilidade dentro de padrões mínimos de sobrevivência e

1 de participação formal da classe trabalhadora nos processos decisórios e, por outro,
2 mostram as fissuras do modelo baseado na acumulação de capitais, em que o Estado
3 liberal (hegemônico) revela-se incapaz de suprir as reais demandas da população,
4 ficando mais evidente a impossibilidade de separação entre economia e política, base
5 para a compreensão do real e da ação coletiva emancipatória (ABREU e PRADO,
6 2008). Diante desta perspectiva, a conquista da democracia implica na ampliação e
7 consolidação de garantias e direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, o
8 que pressupõe a distribuição de riquezas socialmente produzidas e o reconhecimento
9 das classes sociais que buscam sua afirmação diante da suposta igualdade social do
10 estado moderno.

11 Assim, a sociedade ao reivindicar e construir historicamente as políticas públicas,
12 dentre elas as políticas sociais, vislumbra-se como campo de possibilidades, o
13 fortalecimento da democracia em sentido amplo (político, social e econômico),
14 manifestando uma estratégia de tensionamento do modelo social capitalista e
15 explicitando as suas contradições. Já que o alargamento dos direitos sociais e da
16 construção de uma sociedade baseada na justiça e equidade, pressupõe a superação
17 das desigualdades e a plena expansão dos indivíduos sociais (livre de exploração e
18 opressões). Por isso, um longo caminho se coloca na tarefa de radicalização da
19 democracia neste modelo de produção e reprodução da vida social.

20 Destarte, é possível afirmar que:

21 [...] a política social é concebida como uma arena de confronto de interesses
22 contraditórios em torno do acesso à riqueza social, na forma de parcela do
23 excedente econômico apropriada pelo Estado. A política social está em
24 permanente contradição com a política econômica, uma vez que aquela
25 confere primazia às necessidades sociais, enquanto esta tem como objeto
26 fomentar a acumulação e a rentabilidade dos negócios na esfera do mercado.
27 Combinam-se, então, as duas funções básicas do Estado capitalista: criar
28 condições que favoreçam o processo de acumulação e articular mecanismos
29 de legitimação da ordem social e econômica. [...] O que equivale dizer que as
30 políticas públicas, sociais e econômicas, longe da ideia de consenso social,
31 são expressões de conflitos de interesses das camadas e classes sociais.
32 Posições em confronto na sociedade expressam-se no Estado, privilegiada
33 arena de luta política, em torno das políticas sociais e econômicas, ou seja,

1 segundo os interesses preponderantes em determinadas conjunturas
2 históricas (SILVA, 2004, p. 32).

3 Trazendo esta análise para a recente história de democratização no Brasil, nos
4 deparamos com a sua principal referencia jurídica, uma vez que a Constituição de
5 1988 consagra a participação social no controle das políticas como um dos objetivos
6 a serem alcançados pelo Estado democrático, sendo um dos princípios que demarca
7 uma nova ordem política na sociedade brasileira a partir do momento em que à
8 sociedade é garantido o direito de formular e controlar políticas, provocando um
9 redirecionamento nas tradicionais relações entre Estado e sociedade (ABREU e
10 PRADO, 2008).

11 Um elemento fundamental para o avanço no modelo preconizado constitucionalmente
12 corresponde ao complexo e necessário processo de municipalização como forma de
13 superar os problemas históricos e viabilizar a descentralização das decisões de
14 acordo com interesses locais, além de permitir a continuidade das políticas e contribuir
15 para superação do modelo fisiologista das políticas sociais no âmbito da gestão
16 pública.

17 Trata-se, portanto, de uma construção de práticas de Estado, que tem maior poder de
18 articular políticas econômicas e sociais, características das concepções de Estado
19 desenvolvimentista (modernização conservadora), marcante no Estado brasileiro
20 ditatorial e ainda, do neoliberalismo predominante nas últimas décadas. As
21 experiências participativas ganharam expressão nas décadas de 80 e 90, nos
22 governos do campo progressista popular. Entretanto, as mesmas colocam-se hoje
23 diante de sérios desafios à sua efetivação, frente ao descenso dos movimentos sociais
24 e o processo de cooptação da classe em torno do pacto social neodesenvolvimentista
25 presente no Brasil desde o governo FHC, se aprofundando nos governos Lula e Dilma.

26 lamamoto (2007), alega que o que está em questão é a capacidade da sociedade
27 buscar em meio às contradições e possibilidades do tempo presente, as respostas
28 efetivas ao agravamento da questão social e ao desmonte do Estado como espaço
29 público e democrático de garantia de direitos universais, frente ao focalismo e
30 privatização dos espaços públicos em curso.

1 Forças políticas diversas - de um lado por exigências da democracia formal nos
2 projetos de financiamento do Banco Mundial, visando o controle das massas e a
3 formação do consenso e de outro, as demandas reais da classe trabalhadora - o
4 Estado brasileiro, incorporou na sua forma de governo a participação popular e o
5 controle social, que emergiram no bojo das demandas dos movimentos sociais e da
6 luta por direitos desencadeadas na década de 80 e que culminaram com a
7 descentralização político-administrativa da Constituição de 88. Tal legislação, prevê
8 dentre outras, a exigibilidade e institucionalização da criação de instâncias
9 participativas como parte da formulação, controle e avaliação das políticas públicas,
10 bem como pode servir como estratégia para o fortalecimento do regime democrático
11 brasileiro por meio da participação popular, colocando no cenário político a disputa
12 por interesses coletivos mais amplos.

13 Dessa forma, os instrumentos como Plano Plurianual de Aplicação (PPA), Lei de
14 Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA) e os planos locais de
15 desenvolvimento passam também a expressar a racionalidade e intencionalidade dos
16 governos em relação ao atendimento das demandas sociais, econômicas e políticas
17 no espaço contraditório e em disputa na esfera pública das cidades.

18 Além de instrumentos de gestão, incorpora-se nesta dinâmica os conselhos de
19 políticas de defesa de direitos que podem ser definidos como insta a seguir

20 Os conselhos podem, então, ser avaliados como uma das arenas das quais
21 tem se processado a disputa em torno desses modelos, projetos políticos e por
22 parcelas de poder. Não devem ser tomados como uma instância privilegiada
23 ou de importância crucial, mas compõem o conjunto das instituições, arenas,
24 experiências e práticas com as quais a experiência democrática brasileira tem
25 se realizado (DAGNINO, 2003:30). Ao lado das experiências do orçamento
26 participativo, das conferências, plenárias temáticas, audiências públicas,
27 plebiscitos e fóruns, somam-se a conquista desse espaço de tematização das
28 questões sociais, articulação, negociação e decisão. (FERRAZ, 2006, p. 71)

29 Desde então, outras formas de participação social passam a fazer parte nos
30 processos de elaboração e acompanhamento das políticas sociais no Brasil. Dentre
31 elas, encontram-se as políticas urbanas.

1 **3 ESTATUTO DAS CIDADES E O PLANO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E**
2 **GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS: DEMOCRATIZAÇÃO E**
3 **PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

4 Reconhecida pelo avanço jurídico-social, a CF de 88 preconiza a função social das
5 cidades em seus artigos 182 e 183, regulamentados na Lei nº 10.257/2001, que
6 dispõe sobre o Estatuto das Cidades. O artigo 1º, afirma que o Estatuto *“estabelece*
7 *normas de ordem pública e interesse social que regulamentam o uso da propriedade*
8 *urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem*
9 *como do equilíbrio ambiental.”* (BRASIL, 2001, p.1).

10 Em conformidade com esta lei, a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno
11 desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, onde um
12 dos princípios do Estatuto trata da gestão democrática por meio da participação da
13 população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na
14 formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de
15 desenvolvimento urbano.

16 Vale lembrar que a política de saneamento ambiental é parte integrante das políticas
17 de desenvolvimento urbano, juntamente e de forma integrada, à habitação, à
18 mobilidade e o trânsito, à regularização fundiária e ao planejamento territorial.

19 Sabe-se que acesso aos serviços de saneamento básico e condição essencial para
20 se garantir níveis adequados de saúde pública. Os documentos oficiais da política de
21 saneamento básico indicam que o investimento neste setor deve ser, portanto,
22 prioritário, pois resulta em melhoria da qualidade de vida da população e contribui
23 diretamente para a sustentabilidade ambiental.

24 Nos últimos anos, de acordo com o Ministério das Cidades (2009), o Governo Federal
25 tem investido fortemente no setor, na busca da universalização dos serviços de
26 saneamento básico, que compreendem o abastecimento de água potável, o
27 esgotamento sanitário, a limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos, e a
28 drenagem e o manejo das águas pluviais urbanas, conforme preconiza a Lei no.
29 11.445/2007. Segundo a citada Lei, que estabeleceu diretrizes nacionais para o
30 saneamento básico, cabe exclusivamente ao município formular a Política Pública e
31 elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, atribuição essa indelegável.

1 Importante também ressaltar que a política e o plano são atribuições indelegáveis do
2 titular dos serviços e devem ser elaborados com a participação da sociedade, por meio
3 de mecanismos e procedimentos que lhe garantem informações, representação
4 técnica e participação nos processos de formulação de políticas, de planejamento e
5 de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico.

6 Por ser o principal instrumento da política de saneamento básico, o Plano deve
7 expressar um compromisso coletivo da sociedade em relação à forma de construir o
8 futuro do saneamento no território. Deve partir da análise da realidade e traçar os
9 objetivos e estratégias para transformá-la positivamente e, assim, definir como cada
10 segmento deve se comportar para atingir os objetivos e as metas traçadas.

11 É com esta compreensão que a mobilização e a participação da população são
12 imprescindíveis para a efetivação deste instrumento, desde a sua elaboração ao seu
13 acompanhamento e avaliação com o controle social desta política.

14 Como já mencionado, os serviços de saneamento estão relacionados de forma
15 indissociável à produção social e reprodução dos sujeitos e sua qualidade de vida,
16 bem como ao processo de proteção dos ambientes naturais, em especial dos recursos
17 hídricos. Nesse sentido, é imprescindível desenvolver ações educativas que
18 possibilitem a compreensão deste como um direito humano inalienável, que deve
19 assegurar-se de forma universal e por isso, a questão exige e estimular a participação
20 popular, engajada e consciente, no enfrentamento dessa questão.

21 Na busca pela universalização dos serviços de saneamento é fundamental estimular
22 um olhar atento à realidade em que se vive, uma vez que para transformá-la é
23 essencial que a população conheça os diferentes aspectos relacionados ao
24 saneamento, participe ativamente dos foros onde são tomadas as decisões sobre as
25 prioridades de empreendimentos e exerça controle social ao longo do processo.

26 Nesta perspectiva pressupõe-se o processo de elaboração do Plano como um espaço
27 fundamental para a educação ambiental, em que o controle social é colocado como
28 necessário à implementação da Política de Saneamento, por meio da participação
29 popular em audiências e consultas públicas, licenciamento ambiental e execução dos
30 planos municipais, nas revisões tarifárias, em órgãos colegiados e no direito à
31 informação dos serviços prestados (BRASIL, 2009).

- 1 Desta forma, a avaliação da sociedade deve ser encarada como um indicador de
2 desempenho e adequação dos serviços de saneamento, reivindicando a
3 transparência das ações e dos processos decisórios, a segurança, a qualidade e a
4 regularidade dos serviços de saneamento.
- 5 Tendo em vista a perspectiva de participação social até aqui desenvolvida, o objetivo
6 central do trabalho de mobilização social é de possibilitar a participação comunitária
7 de forma democrática, para que os moradores possam compreender, refletir e poder
8 intervir de forma mais ativa nas decisões relacionadas ao PMAE/PMGIRS. Assim,
9 busca-se a valorização do conhecimento, o interesse, o antagonismo e a experiência
10 dos diversos sujeitos sociais contribuirão para a elaboração do diagnóstico
11 participativo, de modo a garantir a legitimidade e sustentabilidade aos programas,
12 projetos e ações que deles venham a se desdobrar.
- 13 A perspectiva do trabalho ao abordar os diferentes temas que norteiam o Plano que
14 abrange três componentes do Saneamento Básico: abastecimento de água potável,
15 esgotamento sanitário e limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos; visa garantir
16 ainda, a integralidade e a intersetorialidade dos problemas identificados, bem como
17 as suas possíveis soluções (BRASIL, 2011).

1 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2 As abordagens participativas, apesar de suas contradições e diferentes
3 funcionalidades, são amplamente difundidas e inclusive servem para subsidiar e dar
4 materialidade às orientações normativas das políticas urbanas. Desde a aprovação
5 do Estatuto das Cidades (2001) em várias cidades brasileiras, tendo em vista que
6 “Pelo planejamento territorial, vem se construindo a concepção de que é possível
7 converter a cidade em benefício para todos; pode-se democratizar as oportunidades
8 para os moradores para o uso dos recursos disponíveis de forma democrática e
9 sustentável” (BRASIL, 2005, p.14)

10 Entretanto, apesar dos avanços, as experiências têm mostrado que muitos destes
11 processos cumprem formal-burocraticamente, a etapa da “participação”, sob um viés
12 de submeter à aprovação final da população os resultados de uma leitura técnica
13 acerca dos Planos. Ou seja, o espaço para a construção coletiva do Plano, é tido como
14 algo distante, restrita aos segmentos dominantes na dinâmica política das cidades.
15 Segundo Rolnik (2002), o trabalhador que produz a riqueza social e ocupa o território,
16 é historicamente excluído deste importante processo de decisão dos rumos da Cidade
17 (seja pelo processo, pela linguagem, pela dinâmica, pelo acesso etc.).

18 Por isso é primordial a presença e o espaço para que a população possa intervir e
19 participar desde a elaboração do Diagnóstico integrado da situação local dos
20 componentes do PMAE/PMGIRS, a saber: Abastecimento de água; esgotamento
21 sanitário e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

22 Tendo em vista os objetivos propostos para a Mobilização Social, as atividades com
23 a comunidade, serão desenvolvidas por meio de estratégias didático-pedagógicas que
24 privilegiem a compreensão e o diálogo dos participantes acerca dos mesmos
25 conteúdos previstos na legislação, que são, geralmente, pouco conhecidos do público
26 em geral.

27 Desta forma, optou-se por trabalhar as informações de modo a potencializar o
28 conhecimento prévio dos participantes acerca da realidade local, seus desafios,
29 conflitos e dinâmicas próprias do contexto de cidades de pequeno porte e sua
30 experiência de usos e organização do território, considerando a sua diversidade

1 (urbano, rural, étnica, de gênero, de classe, etc). A abordagem teórica se pauta na
2 metodologia da “práxis”, como afirma Konder (1992, p. 115):

3 A práxis é atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no
4 mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la,
5 transformando-se a si mesmos. É a ação que, para se aprofundar de maneira
6 mais consequente, precisa da reflexão, do autoquestionamento, da teoria; e é
7 a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e
8 desacertos, cotejando-os com a prática.

9 Com este pressuposto, entende-se que há um potencial subjacente em todos os
10 sujeitos histórico- sociais e que os processos de construção do conhecimento e da
11 própria realidade se dão de forma dialética, visando sobretudo, a construção de novas
12 hegemonias de acordo com interesses populares (GRAMSCI, 2004). Desse modo, a
13 metodologia se pautará em recursos da educação popular, que adota como princípio
14 a criação de espaços para o exercício dos sujeitos na construção coletiva de uma
15 “consciência para si”¹, uma vez que as contradições, a dimensão política (aqui a
16 política entendida como exercício do Ser Social), os interesses universais, são
17 colocados como possibilidade de formação e motivação para ação dos participantes.
18 Portanto, embora a discussão tenha o foco na elaboração do PMAE/PMGIRS, a
19 metodologia se propõe como espaço formativo, em sua dimensão ético-política, no
20 sentido de buscar a reflexão do processo “Porque, para que, para quem, como?”,
21 alcançando dessa forma o que Traspadine (2009) sugere como pressuposto do
22 método de trabalho com a população.

23 A formação política, com base na educação popular, nestes espaços é um
24 elemento constitutivo dos encontros. Com ela, vamos passo a passo, a partir
25 do que os sujeitos trazem, reconsiderando nosso saber coletivo.
26 Sujeitos que acham que sabem pouco, se reconhecem conhecedores de algo.
27 Sujeitos que acham que sabem um pouco mais, reveem suas posições no
28 encontro com outros. E o sujeito político que emana daí sai revigorado para
29 uma práxis reflexiva e revolucionária. Sai com o ímpeto de aprender fazendo,
30 fazer pensando, construir um processo fincando suas bases em um nós
31 (TRASPADINE, 2009, p.02).

¹ De acordo com pensamento de Marx, do conceito de “classe em si” e “classe para si”.

1 5 ACOMPANHAMENTO

2 A proposta apresentada para o Plano de Mobilização proporcionará momentos de
3 participação da sociedade no desenvolvimento dos trabalhos para realização do
4 PMAE/PMGIRS. Na gestão do contrato dois grupos atuarão de maneira mais direta
5 no acompanhamento, participando das análises dos produtos e serão agentes de
6 contribuição e promoção de mudanças necessárias. Os grupos são: Comissão de
7 Acompanhamento da Revisão do Plano Municipal de Água de Esgoto – PMAE de
8 Cachoeiro de Itapemirim – ES (CA) (Decreto nº 28.768/2019) e do Comitê
9 Intersecretarial de Resíduos Sólidos – CIGRES (Decreto nº 28.764/2019 e nº
10 28.765/2019).

11 Será também formada uma Equipe de Fiscalização (Gestor/Fiscal) composta por
12 técnicos da Contratante com a função de gerenciar, acompanhar e fiscalizar a
13 elaboração do plano.

1 6 ESTRATÉGIAS E AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO

2 A mobilização para participação da população nas audiências públicas será realizada
3 por setores, sendo:

- 4 • **Rural:** representatividades rurais, incluindo Distritos e localidades menores, de
5 modo a buscar dessa parcela da população quais são suas aspirações em relação
6 aos serviços de água, esgoto e manejo de resíduos.
- 7 • **Acadêmico:** público acadêmico do Município, incluindo docentes e discentes.
- 8 • **Empresarial:** usuários das categorias comercial e industrial, bem como as
9 instituições que lhes representam.
- 10 • **Comunitário:** toda população (rural e urbana), bem como seus representantes
11 (associação de moradores);
- 12 • **Institucional:** órgãos públicos e demais instituições (secretarias de Governo,
13 OAB, MP, COMUSA, Câmara de Vereadores, Igreja, dentre outros).

14 As reuniões de mobilização social serão desenvolvidas na Sede do Município, onde a
15 população se concentra na área urbana e possui maior número de entidades,
16 associações e empresas, e nas Unidades Territoriais de Planejamento e Análise
17 (UTAPs – ANEXO A), onde serão representados os Distritos do município (Burarama,
18 Conduru, Córrego dos Monos, Coutinho, Itaoca Pedra, Gironda, Gruta, Pacotuba, São
19 Vicente, e Vargem Grande do Soturno).

20 6.1 PARTICIPAÇÃO DIGITAL

21 O Lagesa/Ufes criará um sistema virtual que poderá ser acessado no site do
22 município, onde serão disponibilizadas todas as informações pertinentes aos
23 trabalhos, além de permitir acesso aos usuários a questionários para contribuições.
24 Esse sistema proporcionará que os usuários acompanhem a trajetória dos resultados
25 apresentados no PMAE/PMGIRS.

1 Figura 6-1 - Homepage da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim.



2
3 Fonte: PMCI (2019)

4 O site estará hospedado no domínio da Ufes, na homepage do Lagesa (Figura 6-2), o
5 que garante mecanismos de segurança necessários para evitar possíveis invasões
6 como também suporte pessoal para eventuais atualizações e manutenções.

7 Todas as páginas no site estarão disponíveis nos idiomas português e inglês e contam
8 ainda com conteúdo acessível em Libras por meio do uso do software gratuito VLibras
9 (<http://www.vlibras.gov.br/>).

10 O site contará com as seguintes páginas:

- 11 • Apresentação: Descrição sucinta do projeto, apresentação do Contrato celebrado
12 entre a PMCI, Ufes e Fest, prazo de vigência do contrato e link para que o usuário
13 possa preencher um cadastro eletrônico para que fique informado de todas as
14 notícias/eventos do projeto.
- 15 • Equipe do Projeto: Apresentação da equipe de profissionais do Lagesa/Ufes que
16 estão responsáveis pela elaboração do PMAE/PMGIRS.
- 17 • Notícias: Relação das notícias publicadas sobre o projeto. As notícias também
18 estarão em destaque na página principal do Lagesa.
- 19 • Agenda de Eventos: Informação sobre os eventos previstos para o projeto de
20 elaboração do PMAE/PMGIRS.

- 1 • Atas de reuniões: Exposição das atas com registro fotográfico de todas as reuniões
- 2 realizadas, incluindo as reuniões realizadas com os Setores de Mobilização Social,
- 3 com as Secretarias Municipais e a memória técnica das audiências públicas.
- 4 • Produtos: Apresentação de todos os produtos preconizados no TR. O upload de
- 5 cada produtos será feito após a aprovação do produtos pela Comissão do PMAE
- 6 e pelo CIGRES.

7 Figura 6-2 – Homepage do site do PMAE/PMGIRS.

BRASIL | Simplifique! | Participe | Acesso à informação | Legislação | Canais

Portal UFES | CT | Fale conosco

Universidade Federal do Espírito Santo

Lagesa
Laboratório de Gestão do Saneamento Ambiental

Início > PMAE/PMGIRS Cachoeiro de Itapemirim >

Apresentação

PREFEITURA DE CACHOEIRO

Os Planos Municipais de Água e Esgoto (PMAE) e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) são instrumentos exigidos pelas Leis Federais nº 11.445/2007 (regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.217/2010) e nº 12.305/2010 (regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.404/2010) que instituíram, respectivamente, as Políticas Nacionais de Saneamento Básico e de Resíduos Sólidos. Suas implementações possibilitarão planejar as ações de Saneamento Básico do município de Cachoeiro de Itapemirim na direção da universalização do atendimento. O PMAE e o PMGIRS abrangerão os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos.

Com a intenção de potencializar a resolução de problemas comuns, qualificar os resultados e otimizar a aplicação de recursos, em 04 de novembro de 2019 foi celebrado entre a Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim (PMCI) e a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), com interveniência da Fundação Espírito Santense de Tecnologia (FEST), o Contrato de Prestação de Serviços nº 400/2019, fundamentado na dispensa de licitação, com base no Art. 6º, Inciso XI da Lei 8.666/1993. O objeto do contrato é a revisão do PMAE e elaboração do PMGIRS. Dentro da UFES, os trabalhos serão gerenciados pelo Laboratório de Gestão do Saneamento Ambiental (LAGESA).

O prazo de vigência do contrato será de 18 (dezoito) meses, com prazo de execução dos serviços de 12 (doze) meses, a contar da data de emissão da Ordem de Serviço.

Bolhetim Informativo

Caso queira receber informações acerca da programação das reuniões e do andamento da elaboração dos produtos, clique [aqui](#).

Acesso à Informação | Transparência Pública

© 2013 Universidade Federal do Espírito Santo. Todos os direitos reservados.
Av. Fernando Ferrari, 514 - Goiabeiras, Vitória - ES | CEP 29075-910

8

9 Fonte: Autoria própria.

1 6.2 CONSULTA PÚBLICA

2 Após a aprovação da versão final e antes do envio do Projeto de Lei à Câmara dos
3 Vereadores, será aberta consulta pública no site da Prefeitura, de modo que seja
4 promovida a participação da parcela da população que não esteve presente nas
5 audiências públicas. A consulta pública deverá ser realizada pelo Município.

6 6.3 PARTICIPAÇÃO PRESENCIAL

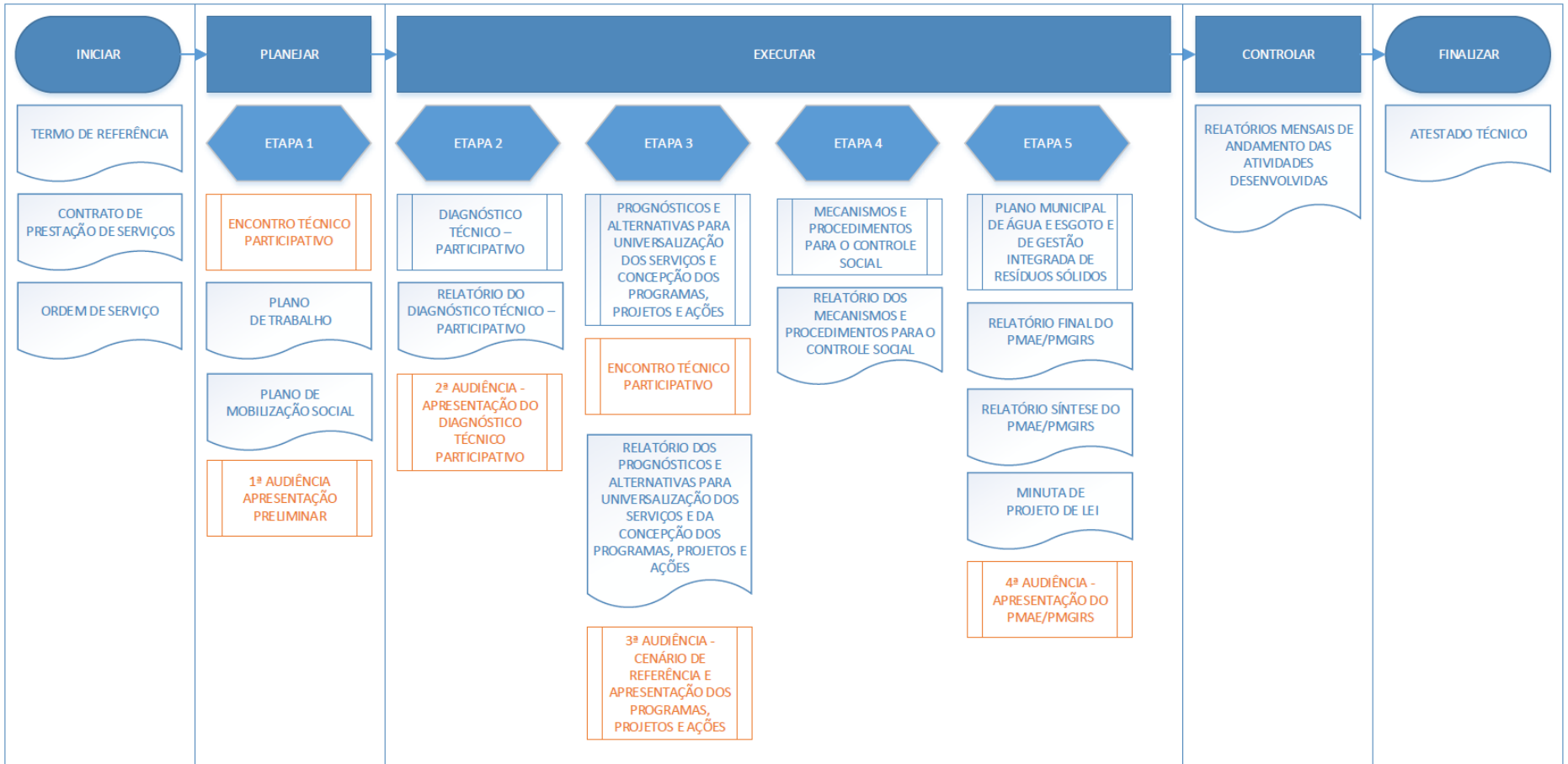
7 Considerando que os problemas de saneamento de uma localidade não são apenas
8 de responsabilidade do setor público, mas também da sociedade, a mobilização da
9 sociedade em torno das questões de saneamento local é de extrema relevância.
10 Porém, antes da execução das ações de mobilização, é necessário que se propicie
11 um momento de apresentação, capacitação e sensibilização dos sujeitos sociais para
12 o trabalho de informação e difusão da elaboração dos planos. Compõem esta etapa
13 as seguintes atividades:

- 14 a) Levantar a relação e contatos dos atores sociais (Organizações não
15 Governamentais - ONG's, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
16 (OSCIP), associações, cooperativas, sindicatos, grupos organizados; Escolas;
17 Gestores Públicos; Universidades, centros de pesquisa e escolas técnicas;
18 Movimentos sociais; Parlamentares; Técnicos e companhias de saneamento;
19 Agentes comunitários e Setor privado), bem como analisar a distribuição destes
20 pelo território municipal, sendo assim possível detalhar elementos para construção
21 das Unidades Territoriais de Análise e Planejamento (UTAPs) e construção dos
22 Biomapas para as reuniões de capacitação e posterior reuniões de mobilização;
- 23 b) Determinar junto com os grupos locais qual a melhor forma de comunicação social
24 e divulgação de todas as etapas de construção dos planos;
- 25 c) Coletar críticas sobre as estratégias de mobilização e elaboração dos planos e
26 promover as posteriores correções nos documentos originais.

27 De maneira geral, as reuniões de mobilização serão desenvolvidas nas seguintes
28 fases:

- 1 • 1º Encontro Técnico Participativo: identificação dos participantes de cada setor
- 2 para planejamento das reuniões preliminares;
- 3 • 1ª Reunião de Trabalho - Análise de aderência do Plano de Trabalho, do Plano de
- 4 Mobilização e da proposta de regionalização (definição das UTAPs);
- 5 • 1ª Audiência - Apresentação preliminar dos serviços de elaboração do
- 6 PMAE/PMGIRS, Plano de Mobilização, Plano de Trabalho, Proposta de
- 7 regionalização (UTAPs) e Calendário dos próximos eventos;
- 8 • Reuniões de Mobilização – Construção do Diagnóstico Técnico Participativo
- 9 juntamente com população e principais setores;
- 10 • 2ª Reunião de Trabalho - Análise de aderência do Diagnóstico Técnico
- 11 Participativo;
- 12 • 2ª Audiência - Apresentação do diagnóstico técnico participativo;
- 13 • 3ª Reunião de Trabalho - Análise de aderência dos Cenários de Referência e
- 14 Prospectiva e dos Programas, Projetos e Ações;
- 15 • 2º Encontro Técnico Participativo: Análise de aderência dos Cenários de
- 16 Referência e Prospectivas e Análise de aderência dos Programas, Projetos e
- 17 Ações;
- 18 • 3ª Audiência - Apresentação dos Cenários de Referência e Prospectiva e dos
- 19 Programas, Projetos e Ações;
- 20 • 4ª Reunião de Trabalho - Análise de aderência da versão final do PMAE/PMGIRS.
- 21 • 4ª Audiência - Apresentação da versão final do PMAE/PMGIRS.
- 22 A Figura 6-3 apresenta os momentos de participação social dentro de cada etapa de
- 23 trabalho do PMAE/PMGIRS.

1 Figura 6-3 - Sequência cronológica das etapas de elaboração dos PMAE/PMGIRS com destaque para os momentos de participação presencial (em laranja).



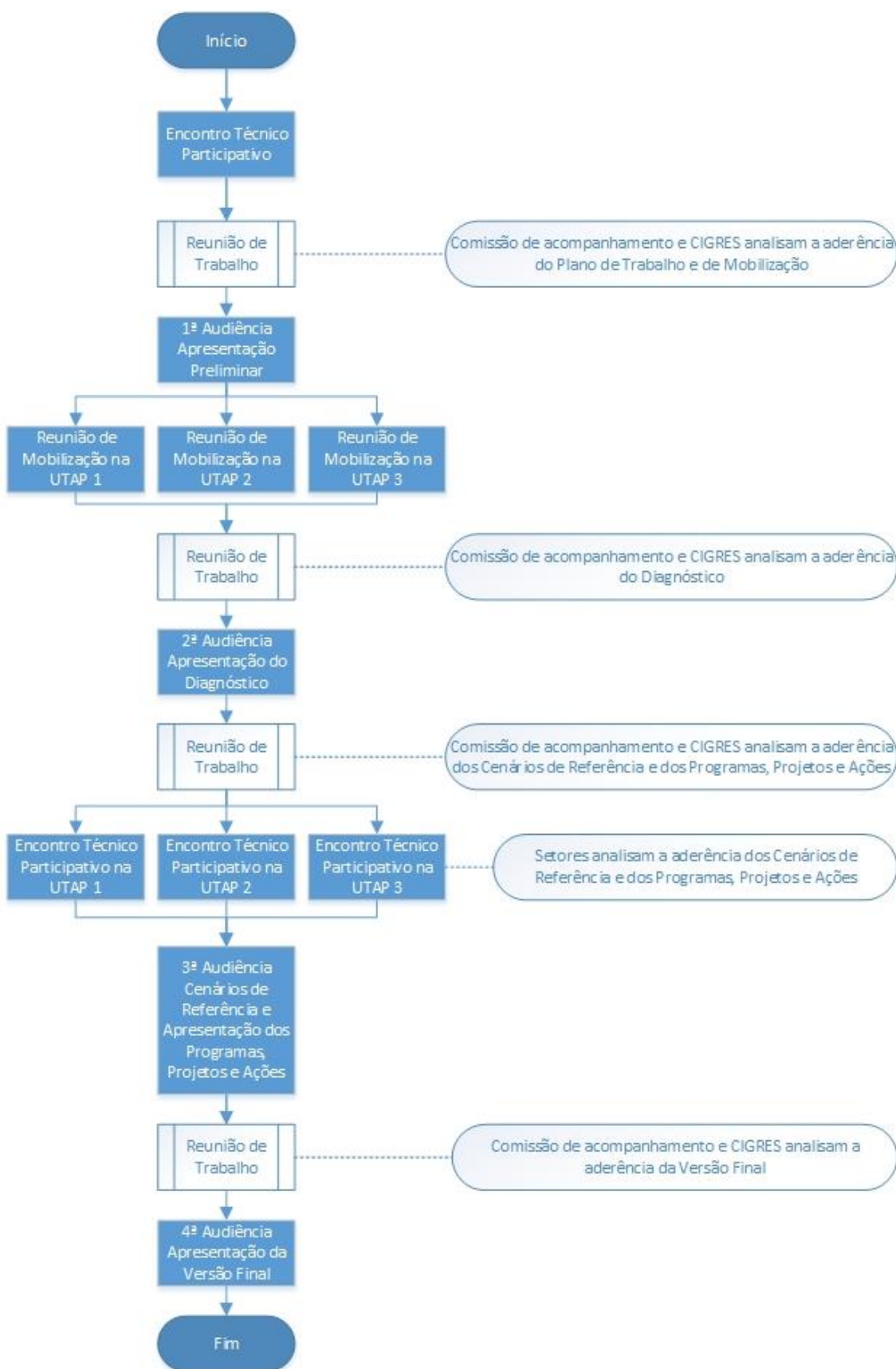
2

3 Fonte: Autoria própria.

- 1 Em cada um dos eventos, no momento da chegada dos participantes, haverá
2 uma equipe de recepção, que se responsabilizará em preencher a lista de
3 presença, e nesta lista irão constar nome, entidade/empresa, contato e
4 região/bairro. Vale destacar ainda que todo o evento será registrado em ata de
5 responsabilidade da Contratada, além de ser fotografado como forma de
6 registro.
- 7 Os setores de Educação Ambiental, Articulação Comunitária e a Secretaria
8 Municipal de Comunicação devem participar ativamente deste processo,
9 servindo como agentes de apoio ao Lagesa/Ufes e executores das tarefas que
10 competem ao Município.
- 11 A seguir serão detalhados os eventos de mobilização social a serem realizados
12 durante a confecção do PMAE/PMGIRS de Cachoeiro de Itapemirim, ilustrados
13 na Figura 6-4.

1
2

Figura 6-4 - Fluxograma de reuniões para confecção do PMGIRS/PMAE de Cachoeiro de Itapemirim



3

4 Fonte: Autoria própria.

1 **6.3.1 Encontro Técnico Participativo (ETP)**

2 Inicialmente será realizado um Encontro Técnico Participativo (ETP) com cada
3 setor, onde serão identificados os participantes de cada setor, visando o
4 alinhamento das ações, bem como a disseminação máxima das informações. O
5 ETP servirá para a inserção da equipe na comunidade, estabelecendo espaços
6 de diálogo e obedecendo o princípio da ação participativa. O objetivo é
7 apresentar a proposta de regionalização, o fluxo de encontros previstos, realizar
8 o levantamento de aspirações dos setores para abastecimento de água,
9 esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos; e solicitar documentos
10 elaborados pelos setores para o desenvolvimento dos planos.

11 O segundo ETP a ser realizado tem como objetivo a apresentação à comunidade
12 de cada uma das 3 UTAPs das propostas dos Cenários de Referência e
13 Prospectivas e dos Programas, Projetos e Ações. Neste momento serão
14 discutidas com a população a análise dos produtos apresentados e serão
15 coletadas informações e opiniões para melhoria dos resultados.

16 O ETC terá a seguinte programação: Credenciamento (30 min), apresentação
17 do contrato pela PMCI (15 min), apresentação da proposta de trabalho
18 ressaltando a importância da participação de todos os setores (15 min),
19 identificação dos setores e definição de representantes (15 min), apresentação
20 da proposta de regionalização e do fluxo de encontros (15 min), levantamento
21 de aspirações dos setores por meio de formulários (30 min), e encerramento (30
22 min).

23 **6.3.2 Reuniões de Trabalho**

24 As reuniões de trabalho ocorrerão sempre na sede do município, juntamente com
25 a Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Municipal de Água de
26 Esgoto – PMAE de Cachoeiro de Itapemirim – ES (CA) (Decreto nº 28.768/2019)
27 e o Comitê Intersecretarial de Resíduos Sólidos – CIGRES (Decreto nº
28 28.764/2019 e nº 28.765/2019).

29 Essas reuniões terão como objetivo principal a análise da aderência dos
30 produtos dos planos a serem entregues (Plano de Trabalho; Plano de

1 Mobilização; Diagnóstico Técnico Participativo; Cenários de Referência e
2 Prospectivas; Programas, Projetos e Ações; e a Versão Final dos Planos).

3 Os produtos serão analisados pelas comissões instituídas pela prefeitura e as
4 alterações necessárias serão realizadas para a apresentação dos produtos à
5 população nas audiências, sendo realizadas ao todo 5 reuniões de trabalho,
6 sempre anteriores às audiências de apresentação dos produtos à população.

7 **6.3.3 1ª Audiência: Apresentação preliminar**

8 Essa audiência será apresentada aos setores especificados, onde será aberta
9 uma discussão preliminar da realidade atual do saneamento, visando nivelar as
10 informações entre os participantes. Esse espaço permitirá que os participantes
11 manifestem seus anseios e expectativas, além de abrir para a escolha dos
12 representantes de cada setor para participar das audiências posteriores. A
13 escolha de representantes tem o objetivo instituí-los como figuras referenciais e
14 informantes de cada setor, de modo que acompanhem os trabalhos e
15 multipliquem informações junto aos setores a que representam, não impedindo,
16 ainda assim, a participação das representatividades em geral nas demais
17 audiências.

18 Esta primeira audiência será realizada na sede do município e em horário que
19 garanta a participação do público-alvo. Nesta 1ª audiência serão apresentados
20 o Plano de Trabalho, o Plano de Mobilização Social, a proposta de
21 regionalização e o calendário dos próximos eventos. Por ser um dos primeiros
22 momentos de contato e maior participação das comunidades na elaboração do
23 PMAE/PMGIRS, propõe-se a criação de uma ambiência onde os munícipes
24 tenham acesso às informações básicas acerca do Plano, seus impactos,
25 possibilidades e desafios.

26 A audiência contará com a seguinte programação: Abertura e apresentação
27 inicial dos envolvidos (10 min); aplicação de questionário simples para avaliar o
28 conhecimento dos participantes em relação ao saneamento (30 min);
29 apresentação resumida: noções do que é saneamento, plano municipal e
30 participação social (30 min); participação da comunidade (15 min); e
31 encerramento (5 min).

1 **6.3.4 Reuniões de Mobilização**

2 Estas reuniões, a serem realizadas nos distritos sede de cada UTAP, tem como
3 objetivo principal promover um espaço de escuta apurada e sistematização das
4 contribuições da comunidade para a elaboração dos diagnósticos técnicos, de
5 modo a complementar as informações do ponto de vista dos moradores que
6 conhecem as reais demandas e principais gargalos na política de saneamento
7 do município.

8 Pressupõe-se ainda, que este olhar apresente os princípios da Lei nº
9 11.445/2007 de Controle Social e Universalização do Saneamento Básico a fim
10 de apurar a leitura técnica para os impactos e consequências da ausência de
11 uma política de saneamento no cotidiano da população, ajudando assim a definir
12 as prioridades de ações e seus possíveis desdobramentos futuros.

13 Desse modo, além da apresentação inicial das informações gerais acerca da
14 elaboração do plano, serão destacados os aspectos que envolvem a importância
15 da participação social preconizada no Estatuto das Cidades e na legislação que
16 orienta a elaboração de planos de saneamento, tendo em vista a
17 representatividade e a participação dos sujeitos que buscam superar as
18 profundas desigualdades sócio territoriais que ocorrem na cidade, onde a
19 população é via de regra, o sujeito ausente na definição dos rumos das políticas
20 urbanas. Será apresentado ainda a proposta metodológica de elaboração de
21 mapas temáticos (Biomapas).

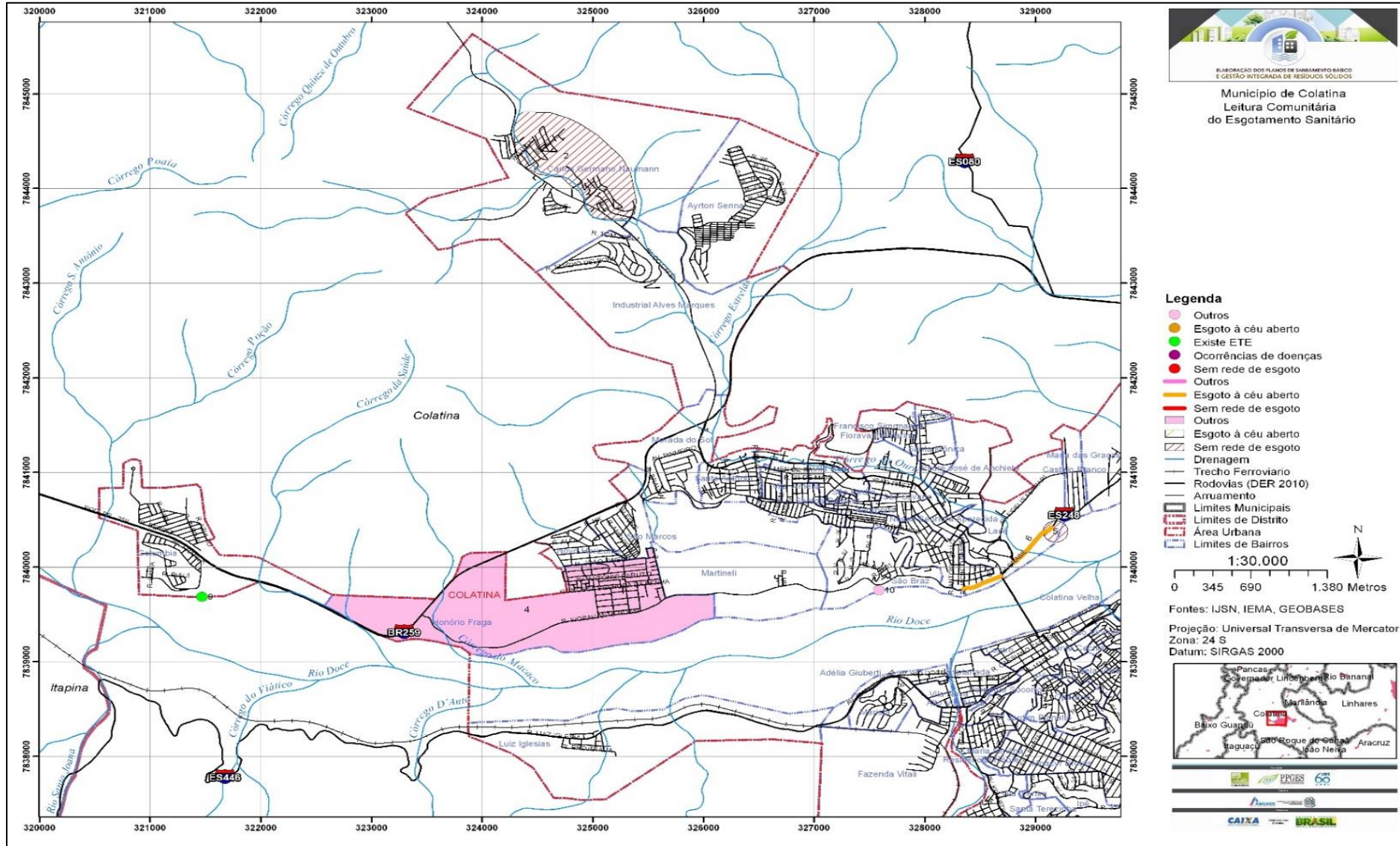
22 Para isso, será apresentado de forma clara, motivadora e estimulante, o roteiro
23 de questões que nortearão o debate. Neste momento, é importante enfatizar os
24 objetivos propostos e os limites do PMAE/PMGIRS, de modo a focar o debate
25 nas questões norteadoras para evitar dispersão do tema e consecução do
26 objetivo da audiência.

27 Para a construção do Biomapa é importante que os técnicos das respectivas
28 áreas se façam presentes para espacializar devidamente e traduzir em legenda
29 as informações indicadas pelos moradores. Para isso, o grupo poderá destacar
30 dentre os participantes um ou dois moradores que tenham conhecimento
31 “geográfico espacial” do território para auxiliar o trabalho de marcação no mapa.
32 Para cada tema, um rol de perguntas serão levantadas, e a partir das

1 contribuições dos participantes serão desenhado pelos técnicos da engenharia
2 os pontos em destaque, de forma participativa o seu respectivo mapa temático,
3 com o auxílio do software de geoprocessamento (imagens e informações),
4 projetado em Datashow para que toda população tenha acesso aos temas e
5 localizações discutidas. A Figura 6-5 exemplifica a construção de mapa temático
6 para o eixo Esgotamento Sanitário no município de Colatina/ES.

1

Figura 6-5 - Exemplo de Biomapa construído durante reunião de mobilização no município de Colatina/ES.



2

3 Fonte: Autoria própria.

- 1 6.3.4.1 Tema 1: Abastecimento de Água Potável
- 2 1) Quais as áreas da cidade o serviço de abastecimento de água não chega?
3 Quais são as alternativas dos moradores para conseguir a água (poços
4 artesianos, cisternas, barragens, cacimbas), água de chuva? Existem
5 cuidados sanitários no uso?
- 6 2) Há uma demanda por parte dos moradores para a cobertura deste serviço
7 nas áreas não atendidas? A quem foi solicitado? Há quanto tempo? Qual a
8 justificativa?
- 9 3) Há uma frequência e regularidade no abastecimento? Quando há falta de
10 água, onde ocorre e como a demanda dos moradores é provida durante a
11 falha no abastecimento?
- 12 4) Como avaliam a qualidade da água fornecida pelo serviço público? Existe
13 alguma diferença em alguma região? Onde?
- 14 5) A população percebe se há alguma doença motivada pela qualidade da
15 água? Quais doenças, público mais atingido e onde se concentra?
- 16 6) Todos na cidade podem pagar a tarifa de água? O valor da tarifa é justo?
17 Houve aumento de preços nos últimos anos?
- 18 7) Conhecem a fonte de abastecimento da localidade (rios, córregos, represas,
19 nascentes etc.)? Qual a qualidade desta fonte e como é preservada?
- 20 8) Existem ligações e uso clandestino de fornecimento de água em alguma
21 região? Como são feitas? É um comportamento usual nas empresas,
22 agricultura e comunidade?
- 23 6.3.4.2 Tema 2: Esgotamento Sanitário
- 24 1) Quais os locais do município não têm rede de esgoto? Como é destinado
25 nestes casos (fossa seca, séptica, sumidouro ou outro tipo)? Onde se
26 concentram? Como são mantidas?
- 27 2) Existe lançamento de esgoto diretamente na rede fluvial (nos rios, córregos
28 ou lagos)? Onde se localizam e quais os prejuízos para a população e
29 ambiente?

- 1 3) Onde há rede, o esgoto é levado para estação de tratamento? Se não, onde
2 é lançado?
- 3 4) Existe na região localidades onde a rede de esgoto se mistura com a rede
4 de água pluvial (das chuvas)? Onde se localizam e quais os prejuízos para
5 a população e ambiente?
- 6 5) Onde existe rede de esgoto, os domicílios estão ligados à mesma? Onde se
7 localiza se concentram? Quais os motivos e impedimentos que limitam o
8 atendimento da comunidade ou a adesão à rede existente?
- 9 6) Onde existem áreas e domicílios com esgoto a céu aberto e em vias
10 públicas?
- 11 7) Têm conhecimento de casa sem banheiros? Onde se concentram e qual é a
12 alternativa dos moradores (casinhas ou a céu aberto)? Existem domicílios
13 que têm banheiros fora da casa? Qual o tipo?
- 14 8) As comunidades têm estação coletiva de tratamento de esgotos? Onde
15 ficam?
- 16 9) Há lançamento de esgoto industrial na rede coletora de esgoto ou
17 diretamente nos rios e córregos? Onde? Que tipo de indústria?
- 18 10) Há lançamentos de esgotos provenientes de pocilgas, matadouros, granjas
19 e outros semelhantes nos cursos d'água? Onde se localizam?
- 20 11) Em áreas rurais há lançamento de agrotóxicos nos cursos d'água? Onde?
- 21 12) Como funciona a fiscalização destas situações de irregularidades?
- 22 13) Como a população sofre os impactos da deficiência ou ausência da rede de
23 esgoto ou do seu tratamento? Há casos de doenças e contaminação das
24 pessoas e dos animais? Quais e onde se concentram?
- 25 14) Há alguma organização para enfrentar estes problemas (quais)?
- 26 6.3.4.3 Tema 3: Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e Limpeza urbana e
27 Manejo de resíduos sólidos
- 28 1) Há coleta de lixo na sua comunidade ou bairro? Como é realizada?

- 1 2) Os moradores conhecem os dias e horários de coleta? Esta programação é
2 cumprida? Se não, em quais locais ocorrem problemas?
- 3 3) Quais tipos de recipientes utilizados para armazenamento dos resíduos a
4 serem coletados? Esta forma de armazenamento causa algum problema
5 para a comunidade?
- 6 4) Existe serviço de coleta seletiva? Como é realizado? Quem realiza? Qual a
7 destinação dada ao material coletado?
- 8 5) Há pontos de coleta para materiais especiais, como pilhas, baterias,
9 lâmpadas fluorescentes, medicamentos, pneus? A população tem essa
10 prática de descarte?
- 11 6) Qual a destinação final do lixo orgânico produzido? É realizado algum tipo
12 de compostagem?
- 13 7) Existem pontos viciados na comunidade com disposição de lixo (esquinas,
14 terrenos baldios)? É realizada limpeza destes locais pela prefeitura ou pela
15 própria comunidade? Quais resíduos são mais frequentes?
- 16 8) Existem lixões no município? Estão localizados em quais bairros?
- 17 9) Existem problemas com mosquitos, ratos e baratas na região? Estes
18 problemas são relacionados com o lixo?
- 19 10) Existem pessoas vivendo da segregação e aproveitamento do lixo nos
20 lixões, caso estes existam? Como são as condições de trabalho?
- 21 11) Existem catadores de materiais reaproveitáveis nas ruas dos municípios?
22 Como transportam o material?
- 23 12) No município existem cooperativas ou associações de catadores de
24 materiais reaproveitáveis? Onde é realizada a atividade?
- 25 13) As ruas do bairro/comunidade são varridas? Com que frequência (dias da
26 semana)?
- 27 14) Existem lixeiras espalhadas pela cidade? O número existente atende as
28 demandas da população? Todos os bairros e comunidades contam com
29 lixeiras nas ruas? Se não, quais bairros não contam com lixeiras?

1 15) Como são destinados os resíduos gerados nas construções e reformas?
2 Existem locais apropriados para descarte desses materiais?

3 16) Quais outros resíduos são mais frequentes no seu
4 município/bairro/comunidade? (Resíduos de serviço de saúde, da
5 Construção civil, mineração (mármore e granito), de oficinas mecânicas,
6 outros tipos de indústrias (Citar quais tipos de indústrias).

7 Após o levantamento e registro das informações provenientes da população,
8 será feita a avaliação do evento entre os presentes (franquear a palavra para
9 breves considerações a serem registradas) e será reforçado o compromisso com
10 estes para participação das próximas audiências de apresentação do Plano.

11 **6.3.5 2ª Audiência - Apresentação do diagnóstico técnico participativo**

12 Esta audiência visa a apresentação do Diagnóstico realizado pela equipe técnica
13 com a colaboração das contribuições e indicações da Comissão de
14 Acompanhamento da Revisão do Plano Municipal de Água de Esgoto – PMAE
15 de Cachoeiro de Itapemirim – ES (CA), do Comitê Intersecretarial de Resíduos
16 Sólidos – CIGRES e de segmentos sociais.

17 Será utilizada a metodologia do grupo focal (representantes dos setores), a partir
18 dos segmentos mapeados no município, considerando ainda, as listas de
19 presença das atividades do PMAE/PMGIRS anteriores a esta etapa.

20 Além desses aspectos de divulgação a reunião de apresentação e discussão
21 com a população sobre o Diagnóstico técnico-participativo contará com a
22 seguinte programação: Exposição da atual situação dos serviços (30 min);
23 aplicação de questionário simples abordando a expectativa em relação à
24 melhoria dos serviços (15 min); participação da comunidade (30 min); e
25 encerramento (5 min).

26 **6.3.6 3ª Audiência – Apresentação dos cenários de referência e** 27 **prospectiva e dos programas, projetos e ações**

28 Nesta audiência serão apresentados os cenários de referência propostos,
29 prognóstico e os programas, projetos e ações realizados pela equipe técnica com
30 a colaboração das contribuições e indicações da Comissão de

1 Acompanhamento da Revisão do Plano Municipal de Água de Esgoto – PMAE
2 de Cachoeiro de Itapemirim – ES (CA), do Comitê Intersecretarial de Resíduos
3 Sólidos – CIGRES e de segmentos sociais.

4 Será, assim como na 2ª audiência, utilizada a metodologia do grupo focal
5 (representantes dos setores), a partir dos segmentos mapeados no município,
6 considerando ainda, as listas de presenças das atividades do PMAE/PMGIRS
7 anteriores a esta etapa.

8 Além desses aspectos de divulgação a reunião contará com a seguinte
9 programação: Exposição dos cenários, prognósticos e dos programas projetos e
10 ações após a obtenção das informações ao longo do projeto (40 min);
11 participação da comunidade (25 min); e encerramento (5 min).

12 Será priorizada a adoção de linguagem formal, mas acessível para os presentes
13 a fim de propiciar o ambiente democrático necessário para a promoção da
14 participação social bem como a difusão das informações necessárias para
15 estimular o controle social dessa política.

16 Ao final da apresentação de cada eixo do saneamento, a população será
17 instruída a preencher, por escrito, um formulário de contribuições disponibilizado
18 pela Equipe da UFES, demarcando se sentem-se contemplados ou não com as
19 propostas expostas e registrando propostas e sugestões. Essas contribuições
20 no instrumento específico para esta finalidade serão transcritas pela equipe de
21 Mobilização Social e poderá subsidiar as adequações dos programas, projetos
22 e ações conforme a realidade local.





23 Ao término da Reunião, a programação prevê a possibilidade de avaliação deste
24 momento pelos presentes, utilizando os formulários de avaliação descritos no
25 item 7.3.

26 **6.3.7 4ª Audiência – Apresentação da versão final do PMAE/PMGIRS**

27 Esta audiência visa apresentar a minuta e os resultados dos estudos técnicos
28 que darão subsídio para a elaboração do Projeto de Lei. Os apontamentos serão
29 registrados e debatidos no sentido de extrair da Audiência elementos que

- 1 aperfeiçoem o PMAE/PMGIRS e fortaleça o seu aspecto democrático de
 2 construção.
- 3 Para coleta dos apontamentos serão disponibilizados Formulários de
 4 Contribuições onde o interlocutor poderá se identificar e registrar sua
 5 contribuição (Figura 6-6).

6 Figura 6-6 – Modelo de Formulário de Contribuições para a Audiência.

PLANO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PMAE/PMGIRS)	
FORMULÁRIO DE COLETA DE CONTRIBUIÇÕES	
APRESENTE NO CAMPO ABAIXO A SUA CONTRIBUIÇÃO	
Nome:	
Instituição:	
E-mail:	
Telefone:	()
Contribuição:	
<div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;"> <div style="text-align: center;"> <p>REALIZAÇÃO</p>  <p>Secretaria de Serviços</p> </div> <div style="text-align: center;">  </div> <div style="text-align: center;"> <p>EXECUÇÃO</p>  <p>LAGESA</p> </div> <div style="text-align: center;">  <p>FEST</p> <p>Fundação de Estudos e Pesquisas em Tratamento de Sólidos e Efluentes Líquidos</p> </div> </div>	

- 7
- 8 Fonte: Autoria Própria.
- 9 Deve-se se assegurar todos os trâmites legais para a realização desta, o que
 10 inclui a ampla divulgação da mesma e suas formas de monitoramento e
 11 avaliação posteriores. O município deve assegurar que haja transporte público

1 disponível para que os munícipes de regiões mais distantes possam comparecer
2 à audiência.

3 Além dos aspectos relacionados à divulgação, consideramos a importância de
4 estruturar um formato de audiência onde os munícipes e representantes possam
5 contribuir ainda com questões e obter esclarecimentos por parte da equipe.
6 Assim, a audiência contará com a seguinte programação: Aplicação do
7 questionário final com perguntas objetivas com as considerações finais dos
8 participantes (20 min); Apresentação da versão final do plano (50 min);
9 participação da comunidade (10 min); e encerramento (5 min).

10 Considerando a extensão do PMAE/PMGIRS, o mesmo deverá ser
11 disponibilizado previamente no formato digital no site do município, assim como
12 seu caderno de diagnóstico, prognóstico e programas e projetos.

13 A reunião também contará com o cadastramento dos presentes a fim de
14 subsidiar análise de representatividade, bem como alimentar o banco de dados
15 que poderá ser consultado para o prosseguimento dos trabalhos de controle
16 social e revisão do plano nos próximos anos de execução deste.

17 Conforme preconizado nas demais etapas de mobilização social, a equipe do
18 LAGESA deverá adotar uma linguagem formal e acessível aos presentes no
19 processo de apresentação dos planos, bem como estimular que acessem o
20 material completo para que possam se instrumentalizar e acompanhar, de
21 maneira qualificada, o processo de execução dos planos. Essa linguagem
22 também propicia o ambiente de debate que seguirá após às apresentações do
23 plano.

24 Além da possibilidade de manifestação oral dos presentes, também serão
25 disponibilizados instrumentos de contribuições que permitirão o registro. Esses
26 instrumentos serão transcritos pela equipe do LAGESA. À equipe de mobilização
27 social caberá realizar o registro da reunião afim de elaborar o relatório da
28 audiência.

1 7 INSTRUMENTOS DE MOBILIZAÇÃO

2 Com o intuito de ouvir a sociedade organizada e os segmentos envolvidos, as
3 chamadas para as reuniões e audiências públicas ficarão sob a responsabilidade
4 do gestor municipal, e deverão ser amplamente divulgadas em todo município.

5 Os modelos de materiais para divulgação serão desenvolvidos pela equipe do
6 Lagesa/Ufes (faixas, convites, textos para carro de som, banner, etc) e
7 executados pelo município. Para cada evento constarão nos materiais de
8 divulgação: data, horário, local e pauta.

9 Antes do início do trabalho de mobilização social, será providenciada a
10 publicidade maciça dos trabalhos, através dos meios de comunicação
11 televisionados e impressos, além da rede mundial de computadores pelo
12 Município. Os resultados das audiências serão publicados no site da Prefeitura
13 Municipal, bem como as atas. Todas as audiências serão gravadas.

14 A Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim irá providenciar o local para
15 as audiências, bem como sua publicidade entre os órgãos competentes.
16 Deverão ser verificados meios de comunicação diferenciados, mantendo
17 característica que chame atenção da população sobre a importância do Plano,
18 com a utilização das seguintes ferramentas:

- 19 • Banner: utilizado em ponto estratégico do local de realização dos eventos
20 (na entrada, por exemplo), como forma de comunicação do espaço do
21 evento de mobilização do PMAE/PMGIRS (exemplo na Figura 7-1);
- 22 • Faixas: utilizadas como informativos os locais, datas, tema e horário das
23 reuniões, serão instaladas em locais estratégicos de grande circulação de
24 pessoas e em frente ao local de realização da reunião (exemplo na Figura
25 7-2);
- 26 • Convites eletrônicos: de forma a convidar os atores sociais identificados em
27 nome da PMCI, contendo local, horário, data, programação e tema. O
28 modelo de convite proposto pode ser observado na Figura 7-3;
- 29 • Carro de som: será utilizado para divulgação nos bairros e principalmente na
30 zona rural;
- 31 • Rádio: dará publicidade ao convite informando data, horário, local e tema.

1

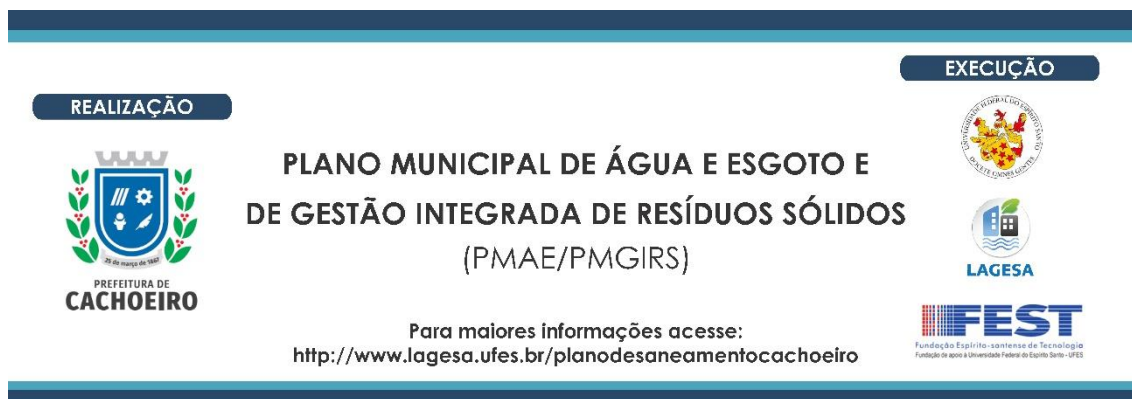
Figura 7-1 - Modelo de banner (0,90 x 1,20m)



2

3 Fonte: Autoria própria.

4 Figura 7-2 - Modelo de faixa (2,00x0,70cm) para divulgação das reuniões de mobilização social



5

6 Fonte: Autoria própria.

1

Figura 7-3 – Modelo de convite eletrônico

**PLANO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E
DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PMAE/PMGIRS)**

1ª Audiência Pública: Apresentação Preliminar

A Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim convida para a 1ª Audiência Pública para revisão do PMAE e elaboração do PMGIRS. Nesta audiência serão apresentados os planos de trabalho e de mobilização social, assim como a proposta de regionalização e o calendário previsto para os próximos eventos. Participe!

Data:

Horário:

Local:

REALIZAÇÃO	EXECUÇÃO
 PREFEITURA DE CACHOEIRO	  

2

3 Fonte: Autoria própria.

4 **7.1 MEIOS DE VERIFICAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS E REUNIÕES**

5 De forma a validar as audiências e demais reuniões realizadas serão redigidas
6 atas destes eventos, realizados registros audiovisuais, listas de presenças e
7 relatórios das reuniões.

8 **7.2 RECURSOS A SEREM DISPONIBILIZADOS PARA A REALIZAÇÃO DOS**
9 **TRABALHOS**

10 Visando a realização dos eventos assim como das demais atividades
11 necessárias para execução do PMAE/PMGIRS, serão disponibilizados:

- 12 • Espaço para reuniões preliminares (disponibilizados pela Prefeitura);
- 13 • Telefone convencional;
- 14 • Computador;
- 15 • Internet;
- 16 • Espaço para realização das audiências (disponibilizados pela Prefeitura);

- 1 • Datashow;
- 2 • Equipamento para fotografia;
- 3 • Material de expediente;
- 4 Todo material gerado durante os trabalhos será devidamente organizado para
- 5 arquivo.
- 6 Além disso, durante a realização de todos os eventos será necessária a
- 7 utilização de listas de presença e outros que deverão ser providenciados pela
- 8 Prefeitura, conforme estão descritos a seguir:
- 9 • Lista de presença: utilizadas para registrar a representatividade em cada
- 10 evento, bem como possibilitar a alimentação constante da lista de contatos
- 11 estratégica para a mobilização social do plano. Será solicitado ao
- 12 participante o preenchimento do nome, setor que representa, município, e-
- 13 mail, telefone e a assinatura na lista (exemplo na Figura 7-4);

14 Figura 7-4 – Modelo proposto para lista de presença

PLANO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PMAE/PMGIRS)						
LISTA DE PRESENÇA Reunião XXX Local: XXX Data: XX/XX/XXXX Horário: XX:XX						
Nº	Nome	Distrito	Instituição	Telefone	E-mail	Assinatura
01						
02						
03						
04						
05						
06						
07						
08						
09						
10						

15

16

Fonte: Autoria própria.

1 7.3 FORMAS DE DISPONIBILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES E CANAIS DE 2 PARTICIPAÇÃO SOCIAL

3 Além dos canais de participação social citados serão confeccionadas fichas de
4 avaliação (Figura 7-5) para todas as reuniões de mobilização social e audiências
5 públicas a fim de levantar os aspectos gerais no que se refere ao conteúdo,
6 processo de mobilização, contribuições, metodologia e estrutura destinadas às
7 reuniões, bem como aspectos relevantes destacados pelos participantes.

8 As fichas de avaliação serão distribuídas aos presentes durante o
9 credenciamento dos mesmos e recolhidos ao final da reunião. Posteriormente,
10 os dados obtidos serão compilados e as informações apresentadas ao município
11 por meio de relatório.

12 A participação social estará garantida durante todo o trabalho de elaboração dos
13 planos por meio da efetiva participação de representantes da sociedade civil
14 como também por meio das reuniões de mobilização social e audiências públicas
15 previstas neste documento.

16 A prefeitura municipal e a UFES disponibilizarão contatos de correio eletrônico
17 (e-mail) e contatos telefônicos para que a população possa se informar sobre o
18 processo de elaboração, objetivos e desafios do plano.

19 Além destes canais a sociedade e demais interessados poderão ter acesso a
20 todos os produtos confeccionados pela Contratada por meio do site do
21 PMAE/PMGIRS disponível na homepage do Lagesa/Ufes, conforme
22 apresentado na Figura 7-6, que poderá ser acessado no link
23 <http://www.lagesa.ufes.br/planodesaneamentocachoeiro>, e por meio dos sites
24 oficiais da PMCI.

1
2 Figura 7-5 – Modelo de Ficha de Avaliação das reuniões de mobilização social e audiências públicas.


**PLANO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
E DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS
(PMAE/PMGIRS)**

FICHA DE AVALIAÇÃO DO EVENTO
Reunião XXX
Local: XXX
Data: XX/XX/XXXX Horário: XX:XX


MARQUE UM "X" NA OPÇÃO DESEJADA

1 – SOBRE A REUNIAO	SIM	NÃO	EM PARTE
A programação atendeu as suas expectativas.			
A carga horária foi adequada.			
O Plano poderá contribuir para planejar ações futuras.			
As lideranças foram informadas e mobilizadas para participarem da reunião.			
O tempo da reunião foi suficiente para apresentação e debate.			
2 – MATERIAL E INSTRUMENTOS UTILIZADOS	SIM	NÃO	EM PARTE
O conteúdo da exposição foi adequado aos objetivos.			
Foi de boa qualidade.			
Despertou interesse para aprofundamento do conhecimento.			
Foi organizado de forma a facilitar a participação.			
3 - ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO GERAL	BOM	REGULAR	PRECISA MELHORAR
Mobilização e divulgação			
Horário do evento			
Localização			
Instalações físicas			
Material visual			
Serviço de Apoio			
Comentários sobre o evento:			

REALIZAÇÃO




**PREFEITURA DE
CACHOEIRO**



LAGESA

EXECUÇÃO



FEST
Fundação Espírito-Cariense de Tecnologia
Fomento à Inovação em Meio Ambiente - 1972

3
4 Fonte: Autoria própria.

1
2 Figura 7-6 - Página principal do site do PMAE/PMGIRS disponibilizado na homepage do Lagesa.

The screenshot shows a web browser displaying the homepage of the PMAE/PMGIRS project in Cachoeiro de Itapemirim. The page is part of the UFES Lagesa portal. The header includes the UFES logo and the text 'Universidade Federal do Espírito Santo' and 'Lagesa Laboratório de Gestão do Saneamento Ambiental'. A navigation menu on the left lists various sections, with 'PMAE/PMGIRS Cachoeiro de Itapemirim' selected. The main content area features a 'Apresentação' section with the logo of the Prefeitura de Cachoeiro and a detailed text block about the project's goals and the contract signed with the municipality. A 'Boletim Informativo' link is provided at the bottom of the main content area.

Apresentação

Os Planos Municipais de Água e Esgoto (PMAE) e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) são instrumentos exigidos pelas Leis Federais nº 11.445/2007 (regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.217/2010) e nº 12.305/2010 (regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.404/2010) que instituíram, respectivamente, as Políticas Nacionais de Saneamento Básico e de Resíduos Sólidos. Suas implementações possibilitarão planejar as ações de Saneamento Básico do município de Cachoeiro de Itapemirim na direção da universalização do atendimento. O PMAE e o PMGIRS abrangerão os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos.

Com a intenção de potencializar a resolução de problemas comuns, qualificar os resultados e otimizar a aplicação de recursos, em 04 de novembro de 2019 foi celebrado entre a Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim (PMCI) e a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), com interveniência da Fundação Espírito Santense de Tecnologia (FEST), o Contrato de Prestação de Serviços nº 400/2019, fundamentado na dispensa de licitação, com base no Art. 6º, Inciso XI da Lei 8.666/1993. O objeto do contrato é a revisão do PMAE e elaboração do PMGIRS. Dentro da UFES, os trabalhos serão gerenciados pelo Laboratório de Gestão do Saneamento Ambiental (LAGESA).

O prazo de vigência do contrato será de 18 (dezoito) meses, com prazo de execução dos serviços de 12 (doze) meses, a contar da data de emissão da Ordem de Serviço.

Boletim Informativo

Caso queira receber informações acerca da programação das reuniões e do andamento da elaboração dos produtos, [clique aqui.](#)

3
4 Fonte: Autoria própria.

1 8 FASES DO PLANO DE MOBILIZAÇÃO

2 A operacionalização do Plano de Mobilização se dará por quatro fases principais,
3 de forma a alcançar os objetivos propostos.

4 8.1 FASE 1 - ESTIMULAR OS SETORES SOCIAIS A PARTICIPAREM DO 5 PROCESSO

6 Passando à operacionalização dos trabalhos, será realizado como primeira ação
7 deste plano de mobilização, a identificação das organizações dos diversos
8 setores sociais e contatação das instituições, com o envolvimento dos diferentes
9 segmentos da cidade (urbano e rural), com o objetivo de estimular os setores
10 sociais a participarem do processo.

11 Dessa forma, de forma a garantir a representatividade pretendida pelo
12 PMAE/PMGIRS, será necessário o envolvimento dos setores, não só para
13 facilitar a obtenção de informações com entidades públicas federais, estaduais
14 e municipais, bem como aquelas contidas nos empreendimentos privados
15 necessárias à construção do plano. Assim, o Lagesa/Ufes tentará envolver os
16 seguintes setores e instituições na construção do PMAE/PMGIRS apresentados
17 de maneira sintética no Quadro 8-1 por meio de reuniões setoriais, bem como
18 contatos via ofícios, telefônicos e online.

19 Quadro 8-1 – Principais setores e instituições envolvidos na construção do PMAE/PMGIRS.

Instituições por setor			
Setores de Governo de Estado e Município			
IDAF	Secretaria de Estado de Saúde	Secretarias Municipais de Turismo	Secretarias Municipais de Educação
IEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Secretarias Municipal de Desenvolvimento Urbano	Gabinetes de Prefeituras
Agerh	Conselhos Ambientais Municipais	Secretarias Municipais de Planejamento	Câmara Municipal
Incaper	Ministério Público	Secretaria Municipal de Agricultura	Comitê de Bacia Hidrográfica
Defesa Civil	Consul	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Corpo de Bombeiros
Polícias Militar e Civil	Amunes	Secretaria Municipal de Serviços Urbanos	Conselhos Municipais
COMANCI	Vigilância sanitária	Órgão Gestor da Política Municipal de Educação Ambiental	Gerência de Articulação Comunitária

Organizações/ Movimentos Sociais / Instituições do Terceiro Setor/ONGs			
Conselhos de Classes	Organizações de Catadores de materiais Recicláveis	Associações do Comércio	Sindicatos do setor Industrial
Sindimicro	Sindicatos do setor Imobiliário	Associações da Agricultura	Sindicatos do setor de Turismo
FAMOPOCI	Diocese	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Sindicato Rural
Conpec	Cáritas	OAB	
Instituições de Ensino			
Ifes	FDCI	Escolas Municipais	Escolas Estaduais
Faculdade Pitágoras	Centro Universitário São Camilo	Multivix	Pesquisadores da Área Saneamento
Unip	Unopar	CETEM	
Instituições ligadas à gestão de resíduo			
Crea	CTRCI	BRK Ambiental	Agersa
Empresas de coleta e transporte de resíduos	Empresas de destinação de resíduos	Associação das Empresas de Saneamento Coleta e Transporte	Sindicato dos Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado do Espírito Santo
Corpus Saneamento e Obras	SINDUSCON-ES - Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Espírito Santo	Empresas de Engenharia Civil	Clínicas
Conselhos de Saúde	Hospitais e unidades básicas de saúde	Empresas ligadas ao transporte intramunicipal de passageiros	Sindicato das Empresas de Transporte
Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Espírito Santo, FCDL-ES	Empresas e indústrias localizadas no município	Sindicato da Indústria de Rochas Ornamentais Cal e Calcários do Estado do Espírito Santo - Sindirochas	ACISCI - Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Cachoeiro de Itapemirim
Instituições ligadas à gestão de resíduo			
Sistema FINDES - Federação das Indústrias do Espírito Santo	Produtores e Comerciantes de Pilhas e Baterias	Produtores e Comerciantes de Pneumáticos	Produtores e Comerciantes de Eletroeletrônicos
Produtores e Comerciantes de Lâmpadas	Abes	ARSP	

1 Fonte: Autoria própria.

2 8.2 FASE 2 - DIVULGAR AMPLAMENTE O PROCESSO, AS FORMAS E
3 CANAIS DE PARTICIPAÇÃO.

4 Serão definidas, junto ao gestor do contrato, as estratégias de comunicação e
5 mobilização popular, de modo a acionar os diversos grupos e comunidades para
6 o processo (por exemplo: divulgação por meio de cartazes, carro de som, sites,

1 rádios comunitárias, televisionamento, entre outros). Sendo identificados e
2 avaliados o sistema de comunicação local e sua capacidade de difusão das
3 informações e mobilização sobre o Plano.

4 Será disseminado o acesso às informações sobre o diagnóstico e estudos
5 preliminares, os serviços prestados e sua avaliação, o processo e os eventos
6 previstos e as propostas, buscando sempre descentralizar as informações
7 produzidas pelo Plano e disponibilizar as informações necessárias à participação
8 qualificada da sociedade nos processos decisórios.

9 8.3 FASE 3 - PROMOVER A DISCUSSÃO E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA
10 FORMULAÇÃO, DISCUSSÃO DE PROPOSTAS E INSTRUMENTOS DO
11 PLANO

12 Esta fase busca ampliar a discussão sobre os aspectos relacionados ao
13 saneamento, promover a interação e o comprometimento da comunidade no
14 processo de elaboração do Plano, estimular o diálogo considerando a tradução
15 o entendimento da população, além da submissão do Plano aos conselhos
16 municipais relacionados.

17 8.4 FASE 4 - GARANTIR A AVALIAÇÃO E RESPOSTAS A TODAS AS
18 EMENDAS APRESENTADAS AO PLANO.

19 Nesta etapa serão coletados subsídios para elaboração do Plano, listando
20 prioridades de atendimento aos serviços de saneamento básico apresentadas
21 pelos representantes dos setores. Serão verificadas as informações fornecidas
22 pelos líderes, e se estas coincidem com os anseios da população, serão obtidos
23 pareceres da população interessada diretamente na construção do Plano,
24 garantindo que as opiniões sejam contempladas.

25

1 9 CRONOGRAMA DAS MOBILIZAÇÕES

2 Todas as etapas das realizações das reuniões de mobilização seguirão um
3 cronograma previamente pactuado e elaborado juntamente com a PMCI e
4 seguindo o cronograma presente no Termo de Referência (PMCI, 2017). O
5 Quadro 9-1 apresenta um resumo dos eventos que acontecerão durante a
6 elaboração do PMAE/PMGIRS.

7 Quadro 9-1– Cronograma das atividades de mobilização.

Etapas	Meses											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Reunião com PMCI – Planos de Trabalho e Mobilização	■											
Planejamento e Mobilização do público-alvo para o 1º ETP	■	■										
Confecção dos materiais de apoio e de divulgação das Audiências e ETP		■	■									
Criação do sistema virtual no site do Município		■	■									
Participação Digital (sistema virtual no site do Município)		■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
1º Encontro Técnico Participativo (ETP)												
Atualização do sistema virtual no site do Município com informações sobre o PMAE/PMGIRS		■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Reuniões de Mobilização												
1ª Reunião de Trabalho		■										
Planejamento e Mobilização do público-alvo para a 1ª Audiência		■	■									
1ª Audiência - Preliminar			■									
2ª Reunião de Trabalho				■								
Planejamento e Mobilização do público-alvo para a 2ª Audiência				■	■							
2ª Audiência - Diagnóstico					■							
3ª Reunião de Trabalho						■						
Planejamento e Mobilização do público-alvo para o 2º ETP						■	■					
2º Encontro Técnico Participativo (ETP)							■					
Planejamento e Mobilização do público-alvo para a 3ª Audiência							■	■				
3ª Audiência - Cenários/Prognóstico, Programas, Projetos e Ações								■				
4ª Reunião de Trabalho									■			
Planejamento e Mobilização do público-alvo para a 4ª Audiência									■	■	■	■
4ª Audiência – Relatório Final										■	■	■
Consulta Pública										■	■	■
Relatórios de Andamento de execução do PMAE/PMGIRS	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

8 Fonte: Autoria própria.

1 **10 RESULTADOS ESPERADOS**

2 Com base na apresentação dos dados coletados, a sociedade e o poder público
3 poderão discutir medidas eficazes, visando à implementação das melhorias nos
4 serviços de saneamento básico oferecidos. Assim, poderá ser definida a
5 responsabilidade dos atores envolvidos, com vistas a universalizar o acesso aos
6 serviços públicos. Portanto, a partir desse processo, a garantia de qualidade e
7 suficiência no suprimento, bem como melhores condições de vida à população
8 e das condições ambientais serão uma realidade mais concreta aos munícipes.

9 É de extrema relevância que o PMAE/PMGIRS dialogue com a educação
10 ambiental e sanitária. Sendo assim, espera-se que as prefeituras incentivem a
11 sensibilização das questões ambientais e sanitárias para reflexão do problema
12 tanto no processo de discussão do Plano, quanto no de execução. Afinal, para
13 que a população reveja seus hábitos e práticas e os readéquem, se for o caso,
14 e esteja receptível e consciente das novas tecnologias implementadas, é
15 necessário que exista um trabalho de educação ambiental e sanitária
16 continuadas.

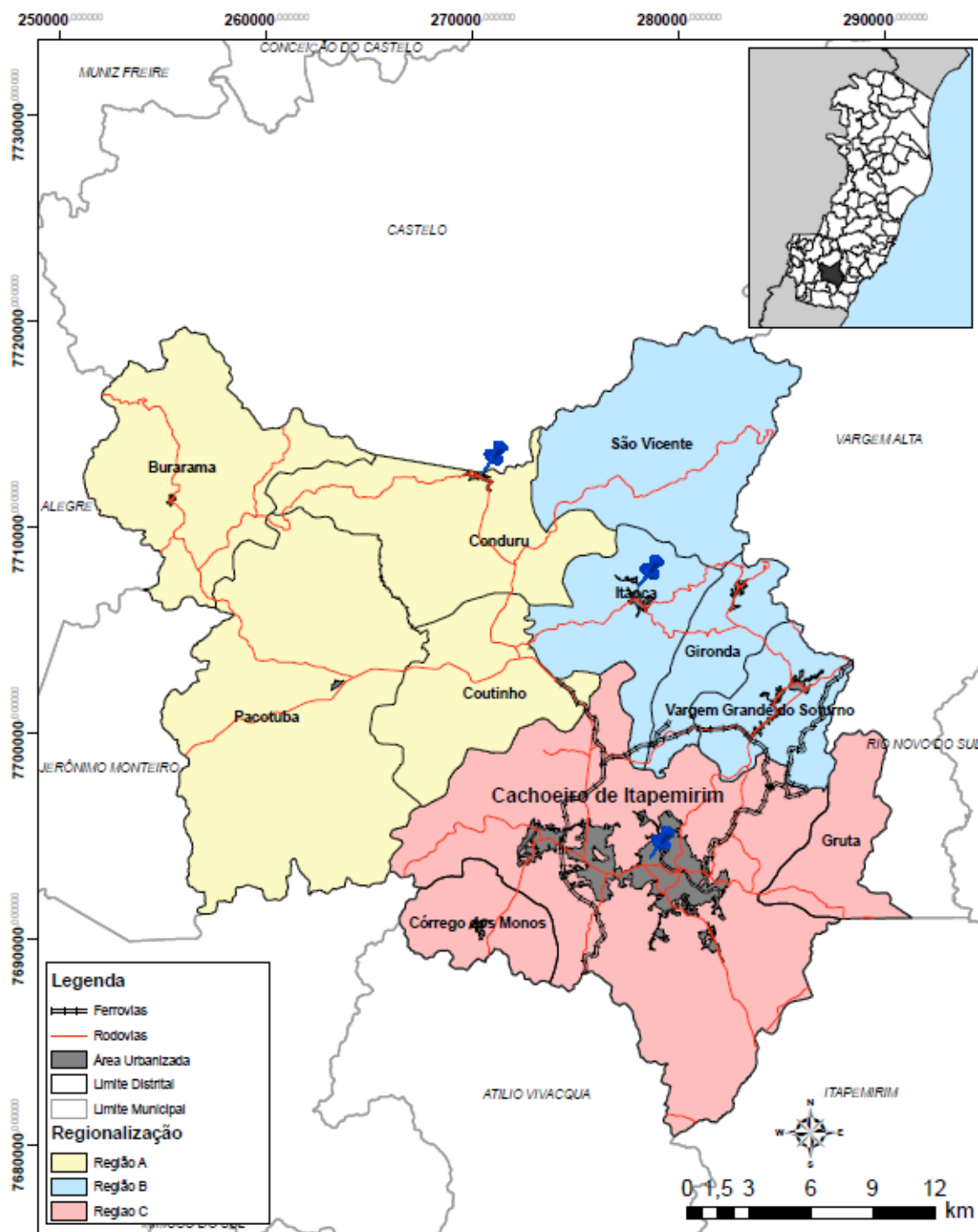
17 Espera-se ainda, que com a mobilização social e as questões advindas dela,
18 como as percepções e opiniões dos moradores, assim como os diagnósticos
19 previstos no Plano, se efetivem na implementação de práticas e tecnologias
20 adequadas à realidade local, com a mitigação de eventuais impactos ambientais
21 e à saúde. Dito de outra forma visa-se que a mobilização exerça uma
22 conscientização da população e dos políticos para uma melhora da qualidade de
23 vida local.

24 Outro resultado esperado desse processo participativo, que é a mobilização
25 social, é a construção de um cenário em que a população emergja como ator
26 efetivo, protagonista na identificação de problemas e proposição de soluções.

1 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 2 ABREU, Maria Helena Elpidio. PRADO, Tânia Bigosi do. **Estudo sobre a**
3 **Gestão pública e participação social na Cidade de Vitória – Agenda Vitória**
4 **(2008-2028)**. Vitória: PMV/SEGES, 2008. Disponível em
5 <www.vitoria.es.gov.br/agendavitoria>. Acesso em Maio de 2009.
- 6 BRASIL. **Estatuto da Cidade**. Lei 10.257, de julho de 2001. Brasília: Câmara
7 dos Deputados, 2001.
- 8 BRASIL. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental Programa de Educação
9 Ambiental e Mobilização Social em Saneamento. **Caderno metodológico para**
10 **ações de educação ambiental e mobilização social em saneamento**.
11 Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2009.
- 12 CHAUI, Marilena. **Considerações sobre a democracia e obstáculos à sua**
13 **concretização**. In TEIXEIRA, Ana Claudia. **Os sentidos da democracia e da**
14 **participação**. São Paulo: Pólis, 2005.
- 15 FERRAZ, Ana Targina R. **Cenários da participação política no Brasil: os**
16 **conselhos gestores de políticas públicas**. Serviço Social e Sociedade, São
17 Paulo: Cortez, n. 88 nov, 2006.
- 18 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Brasil: IBGE,
19 2015. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso
20 em: 20 jan. 2014.
- 21 LEFREBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- 22 LEFREBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2009.
- 23 MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**. 3 ed. São Paulo:
24 Cortez, 2005.
- 25 Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim. Termo de Referência para
26 Elaboração do Plano Municipal de Gestão Integada Resíduos Sólidos e Revisão
27 do Plano Municipal de Água e Esgoto – PMAE. Cachoeiro de Itapemirim: 2017.
- 28 Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim. Homepage. Disponível em:
29 <<https://www.cachoeiro.es.gov.br/>>. Acesso em: 17 out. 2019.
- 30 SILVA, Ademir. **A gestão da seguridade social brasileira**. São Paulo: Cortez,
31 2004.
- 32 SILVA. Jeane Andréia Ferraz Silva. **Sociedade Civil e Conselhos de**
33 **Assistência Social: contradição entre o adensamento e o esvaziamento da**
34 **participação**. 2005. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em
35 Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências
36 Sociais. Faculdade de Serviço Social. Rio de Janeiro, 2005.

1 ANEXO A – MAPA DAS UTAPS DEFINIDAS PARA CACHOEIRO DE
 2 ITAPEMIRIM.



3  LAGESA
 LABORATÓRIO DE GESTÃO DO SANEAMENTO AMBIENTAL

4 Fonte: Autoria própria.



PREFEITURA DE
CACHOEIRO

Praça Jerônimo Monteiro, 28 - Centro - Cep.: 29300-170

Tel.: (28) 3155-5237

<http://www.cachoeiro.es.gov.br>